

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2017, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2017

No quesito segurança, a MRN registrou Taxa de Frequência de Acidentes reportáveis de 0,42 e a Taxa de Frequência Global de Acidentes de 2,09. São as menores taxas para estes dois indicadores registradas desde o início das operações da MRN.

O projeto de continuidade das atividades de lavra dos recursos dos Platôs das Zonas Central e Oeste após a exaustão da Zona Leste (LOMP - Life of Mine Plan) continuou com estudos em nível de FEL 2 durante todo o ano. Relevantes otimizações foram obtidas, como redução de seis meses no desenvolvimento do FEL3, redução de um ano no prazo de construção e redução de R\$ 237 milhões no CaPex. Esta otimização de prazo no desenvolvimento permitiu manter inalteradas as datas de start-ups dos futuros platôs, apesar da mudança no cronograma de licenciamento ambiental. O relatório revisado do FEL2 do LOMP foi entregue em 30 de novembro de 2017, considerando as otimizações obtidas ao longo de 2017.

Também em 2018, os projetos que fazem parte do Programa de Investimentos, como Linha de Transmissão e o Sistema de Rejeitos, serão objetos de desenvolvimento no nível de FEL3.

A MRN manteve, em 2017, a consolidação do sistema de gestão da produção, por meio do TLS (TOC - Theory of Constraints, Lean e Six Sigma), com foco na identificação e redução dos gargalos dos processos operacionais e de apoio, contabilizando ganhos relevantes para a empresa.

O processo de gestão de riscos da MRN continua progredindo e sendo aperfeiçoado segundo uma curva crescente de maturidade, acompanhado por auditorias externas de terceira parte e aconselhamento do comitê de auditoria.

Em relação ao destaque em gestão de pessoas, projetamos a figuração na lista das melhores empresas para se trabalhar do Brasil, conquista importante para o negócio no que tange à atração e retenção de pessoas.

PRODUÇÃO, VENDAS E EMBARQUE

É importante destacar que, pelo fato das chuvas de 2017 terem sido as menores de todo o histórico da empresa e dos consequentes baixos níveis de água nos seus reservatórios, a MRN precisou revisar o seu programa de produção ao longo do ano.

Neste contexto, em 2017, a MRN produziu o volume de 16,280 milhões de toneladas de bauxita, 10,5% abaixo dos 18,202 milhões de toneladas produzidos em 2016.

As vendas somaram 16,734 milhões de toneladas (incluindo 368 mil toneladas de carga com pagamento antecipado para entrega no 1º trimestre de 2018), representando uma redução de 7,5% quando comparadas com o volume de 18,088 milhões de toneladas vendidas pela MRN em 2016.

Do total das vendas, 56,5% foram destinados ao mercado interno, suprimindo as refinarias da Alunorte e da Alumar; 43,5% foram destinados ao mercado externo, sendo 13,8% para Ásia (China e Índia); 12,5% para o Canadá; 12,4% para a Europa e 4,8% para os Estados Unidos.

Os teores médios de qualidade do minério embarcado em 2017 foram de 49,08% de alumina aproveitável e 4,09% de sílica reativa.

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

Em 2017, como resultado direto de investimento em sua estrutura organizacional, a MRN avançou de forma significativa em direção a uma nova abordagem de desenvolvimento e implantação de projetos. Foram implantadas novas técnicas de planejamento, orçamentação e controle. Rotinas de suprimentos, engenharia e construção foram revisitadas e desenvolvidas.

Iniciou-se a utilização de ferramentas reconhecidas e, simultaneamente, foram estabelecidos processos sólidos de controle e forecasting (físico e econômico). Foi também adotado o conceito de empacotamento de escopo e, com ele, foram desenvolvidos planos de contas individuais.

Cerca de 15 projetos foram concluídos em 2017, contribuindo para execução econômica superior a R\$ 222 milhões, apenas no âmbito da Diretoria de Implantação (DI). Destacam-se também os savings e custos evitados, capturados ao longo do ano, que totalizaram ganhos na ordem de R\$ 20 milhões em 2017.

Atingiu-se um pico de mais de 700 pessoas mobilizadas em Porto Trombetas atuando diretamente na carteira de projetos da DI. Foram executados aproximadamente 1,5 milhão de m3 de movimentação de terra, cerca de 1.250 m3 de concreto, mais de 27 mil metros de montagem de tubulação e cerca de 261 toneladas de equipamentos eletromecânicos, culminando no pico de mais de 240 equipamentos mobilizados simultaneamente em obras.

Ainda que os primeiros passos tenham sido encorajadores, é importante reconhecer que há um longo caminho pela frente, mas a direção é clara: busca contínua pela maximização da eficiência e eficácia nos investimentos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

Por meio da análise de oportunidades de projetos de melhoria e das iniciativas planejadas para redução de custos e aumento da produtividade, a área de Planejamento Estratégico e Gestão visa a melhoria permanente dos processos da empresa, tendo como subsídios para o alcance dos resultados as ferramentas e programas de Qualidade.

GESTÃO DE RISCOS

O ano de 2017 foi desafiador para a MRN dentro do seu sistema do Programa Integrado de Gestão de Riscos. A Gerência de Planejamento Estratégico e Gestão (GG) promoveu workshops com todas as áreas da empresa, com o objetivo de reavaliar todos os riscos que estavam registrados na base da MRN, e identificou novos riscos em todos os processos operacionais e transacionais. Para a identificação de riscos, foram utilizadas ferramentas como mapas de processos, brainstorming, mapa estratégico, análise crítica de fluxogramas, análise de cenários FTA (análise de árvore de falhas), SWOT, dentre outras.

O Comitê de Gestão de Riscos realizou 17 encontros com a Liderança Executiva. Por meio desses encontros, todos os riscos foram discutidos de forma estratégica, avaliando-se controles e dando diretrizes de gestão sobre o processo. Além disso, cada área da MRN possui seus subcomitês estabelecidos e realizam encontros quinzenais. Esses encontros são os grandes motores do Sistema de Gestão de Riscos, uma vez que são realizados follow-ups acerca de todas as ações a serem tomadas dentro das áreas.

No mês de dezembro de 2017, foi realizada uma auditoria interna final de validação dos trabalhos de todas as áreas. A conclusão do trabalho revelou que a MRN atingiu percentual de efetividade dos controles de 95,31%, contra 92,2% do ano anterior. Esse resultado representa mais um avanço da empresa no comprometimento ao tratamento dos riscos do seu negócio.

PROGRAMA TLS

Em 2017, foram realizadas reuniões diárias de produção com foco no Painel TPC (Tambor, Pulmão e Corda), ou seja, gestão pelo processo gargalo. Foram criados grupos de estudo (grupos de TLS) com foco em melhoria contínua de custos operacionais, aumento de produtividade de equipamentos de mina e aumento de confiabilidade. Foi aprimorada a Corrente Crítica para a gestão de paradas operacionais e de grandes intervenções, o que trouxe ganhos de otimização de mão de obra, melhor gerenciamento de custo e redução de tempo de paradas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2017, foram feitos os follow-ups mensais dos status das ações e dos KPIs de cada estratégia, compartilhado e apresentado os resultados em reuniões de análise crítica para alta administração.

SEMANA DE EXCELÊNCIA

Realizada no mês de abril, com cinco dias de duração, a Semana de Excelência engajou empregados da MRN, das empresas contratadas e a comunidade de Porto Trombetas. O evento foi concebido para unificar, fortalecer e reconhecer os programas de Qualidade, a SIPATMIN (Semana Interna de Prevenção do Acidente do Trabalho na Mineração) e as premiações dos destaques de segurança. A Semana de Excelência serviu também para reforçar a motivação dos empregados da MRN e das empresas contratadas.

A programação da Semana de Excelência incluiu apresentações culturais, paródias, show musical, premiação dos destaques de segurança, stands diversos, palestras motivacionais e a Feira de Excelência, realizada no Mineração Esporte Clube (MEC). O evento contou com a participação de 3.735 pessoas.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (SGI)

Com o intuito de garantir o bom desempenho de seus negócios e fortalecer o foco na sustentabilidade e na inovação, a MRN adotou um Sistema de Gestão Integrado (SGI). Este sistema permite à MRN um olhar sistêmico sobre suas atividades e sobre o relacionamento da empresa com os públicos de interesse. Dessa forma, o fluxo do trabalho se torna mais ágil e todos os envolvidos compartilham os mesmos valores e princípios. Entre os principais focos de atuação do SGI estão as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho e Gestão de Riscos e Meio Ambiente, que são os pilares da Sustentabilidade do Negócio da MRN.

NBR ISO 14001:2004

Sistema de Gestão Ambiental da MRN que inclui os riscos ambientais relacionados às atividades de planejamento, mineração, transporte, beneficiamento e embarque fluvial de bauxita, geração de energia e as instalações da Vila de Porto Trombetas.

OHSAS 18001:2007

Sistema de Gestão de Saúde e Segurança da MRN que inclui os riscos ocupacionais relacionados às atividades de planejamento, mineração, transporte, beneficiamento e embarque fluvial de bauxita e geração de energia.

Em 2017, foram realizadas duas auditorias externas de manutenção das certificações ISO 14001 e OHSAS 18001, uma conduzida pelo British Standards Institution (BSI), e outra pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), atual órgão certificador da MRN. As duas certificações foram mantidas ativas, em função da maior qualidade e rigor das tratativas das não conformidades levantadas internamente, por meio de 36 auditorias

(CONTINUA)

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

internas cruzadas realizadas durante 2017. A MRN conta com uma equipe multidisciplinar de 40 auditores internos, atualizados anualmente acerca dos itens das normas certificadoras para apoiar a manutenção do sistema.

OUVIDORIA

O canal da Ouvidoria é destinado a tratar questões relacionadas ao Código de Ética e Conduta da MRN. Em 2017, a Ouvidoria da MRN efetuou 244 registros, sendo 29,1% provenientes de situações ligadas às empresas contratadas, 30,7% decorrentes da MRN e 40,2% relacionados a assuntos da comunidade.

RECURSOS HUMANOS

Durante 2017, o projeto de implantação do eSocial avançou nas ações para atendimento às especificações solicitadas pelo governo federal. Como resultado dos testes referentes aos eventos de tabelas, foram transmitidos 812 arquivos, conforme o Manual de Orientação do eSocial versão 2.4. Para o processo de governança, foi criado o Painel de Aderência das Áreas, que encerrou 2017 com percentual de adesão de 99,65%.

A produtividade da MRN em 2017 foi de 11.121 toneladas por empregado, contra 12.511 toneladas produzidas por empregado em 2016, considerando um efetivo médio naquele ano de 1.454 profissionais. Em 2017, a MRN contou com efetivo médio de 1.462 empregados ativos, sendo 86,40% originários do Pará, 2,42% dos demais estados da Região Norte e 11,18% de outros estados. O total de 88,82% de empregados da região Norte reflete o compromisso da MRN de valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

Em 2017, o número de empregados indiretos (efetivo médio) contratados para serviços permanentes, como manutenção da ferrovia, operações florestais e limpeza predial e industrial, foi de 1.833 profissionais. Os serviços comunitários, que incluem hospital, empresas de ônibus, clube, hotelaria, entre outros, contou com um efetivo médio de 165 profissionais. Outra categoria de empregos indiretos, o grupo de obras, responsável por atividades como a construção de estradas ou aberturas de novas minas, fechou o ano de 2017 com uma média de 519 profissionais.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Em 2017, a área de Desenvolvimento de Pessoas estruturou suas ações a partir do Planejamento Estratégico da MRN, com foco na estratégia "Engajamento de Pessoas", voltada para desenvolvimento de líderes, atração, retenção e desempenho, cultura e clima organizacional.

No que se refere à prioridade Gestão de Carreira, em 2017, foi dada continuidade ao Programa de Carreira e Sucessão para cargos gerenciais, por meio do qual são realizados comitês de carreira, anualmente, para discutir a evolução dos potenciais mapeados, novas ações de desenvolvimento e inclusão e/ou exclusão de profissional do mapa. O principal destaque de 2017 foi a qualidade dos comitês e a preparação dos líderes na identificação e apresentação do material dos profissionais indicados no mapa de carreira.

Em 2017, a MRN buscou fortalecer o conceito de humanização nas organizações e o papel da liderança no estabelecimento da cultura de segurança. Foram realizados os programas de Liderança Situacional, plataforma on-line MindQuest, MBA em Gestão Estratégica pela Fundação Dom Cabral e Líder para Líder, em que obteve-se um percentual de 95% de aderência ao programa.

Em 2017, a MRN totalizou 7.598 participações de empregados nos eventos de treinamentos, alcançando uma média de 8,95 horas de treinamento por empregado.

O treinamento corporativo obrigatório, que é norteado pela política da MRN, dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade, encerrou 2017 com 98,50% dos empregados treinados, 0,85 pontos percentuais a mais do que em 2016 (quando o resultado foi de 97,69%) e 0,50 pontos percentuais acima da meta estipulada para o ano de 2017 (98%). O reforço da conscientização dos empregados e lideranças nos aspectos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente contribuiu para aumento do indicador e superação da meta em 2017.

No pilar Treinamentos Técnicos, cuja base advém da avaliação de competências do empregado, foram realizadas 274 participações, representando 4% das ações de treinamento no ano.

SEGURANÇA DO TRABALHO

As ações de segurança do trabalho planejadas e executadas em 2017 contribuíram para a melhoria do desempenho da MRN, assegurando a melhor performance de segurança já obtida desde o início de suas operações, no que tange às taxas de gravidade e de frequência de acidentes.

- Menor taxa de frequência de acidentes reportáveis desde o início das operações: 0,42 (base um milhão de HHT – Homem Hora Trabalhada), com redução de 9,3% na comparação com o índice registrado em 2016 (0,45).
- Menor taxa de frequência global de acidentes do trabalho desde o início de suas operações: 2,09, com redução de 9,3% em comparação com o índice registrado em 2016 (2,26).

Menor taxa de gravidade: 9,0 (base um milhão de HHT – Homem Hora Trabalhada), com redução de 53% em comparação com o índice registrado em 2016 (18,98).

As taxas de frequência de acidentes reportáveis com efetivo próprio da MRN e das empresas contratadas em 2017, comparadas com as de 2016, estão registradas nas tabelas a seguir:

	ACIDENTES			TAXA DE FREQUÊNCIA		
	Com perda de tempo	Sem perda de tempo	Total	Com perda de tempo	Sem perda de tempo	Total
2017						
MRN	0	1	1	0,00	0,27	0,27
CONTRATADAS	2	1	3	0,34	0,17	0,51
CONSOLIDADO	2	2	4	0,21	0,21	0,42

	ACIDENTES			TAXA DE FREQUÊNCIA		
	Com perda de tempo	Sem perda de tempo	Total	Com perda de tempo	Sem perda de tempo	Total
2016						
MRN	0	1	1	0	0,29	0,29
CONTRATADAS	1	2	3	0,19	0,37	0,56
CONSOLIDADO	1	3	4	0,11	0,34	0,45

Em 2017, foi contratada a consultoria Comportamento, especializada em segurança comportamental, tendo como foco a implantação de projeto para melhoria da cultura de segurança e, consequentemente, do aumento da confiabilidade operacional. Foram desenvolvidas as seguintes ações, com a participação de todos os empregados da MRN e das empresas contratadas:

- Definição dos processos essenciais para aumento da cultura de segurança;
- Implantação do Mapa de Gestão em Segurança, com foco na cultura proativa;
- Desenvolvimento da liderança para uma gestão efetiva, com potencialização das ferramentas comportamentais e foco no avanço para cultura proativa, de forma sustentável;

• Desenvolvimento das equipes de segurança do trabalho, de comunicação e desenvolvimento de pessoal;

• Oficinas de Percepção de Segurança para o público operacional.

Quanto ao desenvolvimento da percepção de segurança no efetivo da MRN e nas empresas contratadas, foram realizadas Oficinas de Percepção de Segurança, com participação de 1.202 empregados.

Paralelamente ao trabalho da empresa de consultoria, houve continuidade da capacitação dos empregados na ferramenta Interação de Segurança, com formação de 951 observadores comportamentais.

Em 2017, foram realizadas 33.020 observações comportamentais por meio da ferramenta Interação de Segurança, o que permitiu à MRN identificar 345.488 comportamentos seguros e 2.467 comportamentos de risco. As barreiras comportamentais que motivam os empregados a assumirem comportamentos de risco são removidas com apoio do Comitê de Remoção de Barreiras.

A equipe de segurança do trabalho realizou 1.248 horas de treinamento em diversos temas, como normas internas e requisitos legais, para os empregados da MRN e das empresas contratadas.

A prevenção de acidentes com mãos e dedos foi abordada por meio de campanha específica, nos Diálogos Diários de Segurança (DDS) e outras ações de comunicação e sensibilização, envolvendo empregados da MRN e das empresas contratadas.

Foi implantado o Programa Anjo da Segurança em todas as gerências operacionais da MRN e nas empresas contratadas. Essa ação estimula o diálogo entre os empregados, potencializa o ciclo de relacionamento e fortalece o respeito e a amizade. Tudo isso contribuindo para a melhoria do clima organizacional favorável à segurança e ao desenvolvimento do trabalho em equipe.

A principal meta do Programa Anjo da Segurança é manter o foco diário na preservação da vida e, ao mesmo tempo, a garantia da execução dos processos. A premissa do programa está no entendimento de que o fator comportamento seguro pode e deve ser trabalhado pela observação das atitudes dos empregados.

Em 2017, a MRN participou, pela primeira vez, do International Safety Awards, que é promovido pelo British Safety Council (BSC). A empresa obteve 83% de aderência aos critérios estabelecidos para avaliação e classificação das empresas concorrentes. A pontuação alcançada valeu à MRN o reconhecimento como única empresa brasileira listada na categoria de Mérito Internacional do Safety Awards 2017.

SAÚDE OCUPACIONAL

Em 2017, foram realizadas 225 avaliações na Medicina do Sono, por meio do programa "Apto para a Vida, Apto para o Trabalho". Este programa, que contou com a participação de 475 empregados em 2017, tem como objetivo medir a capacidade funcional dos empregados, analisar o posto de trabalho onde são realizadas as atividades, assim como os recursos disponíveis para execução do trabalho, sobretudo as ferramentas disponíveis. Após as análises, são sugeridas propostas com ações voltadas para a prevenção da saúde e integridade física dos empregados e potencialização da produtividade. O programa atua nos campos da nutrição, aptidão física, biomecânica e ergonomia.

Em consonância com a saúde ocupacional, foram realizadas avaliações com a clínica médica do Hospital de Porto Trombetas,

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

para os empregados identificados com alteração na pressão arterial aferida durante a execução dos trabalhos. O objetivo do programa é estimular nos empregados uma conduta saudável, desenvolvendo neles a consciência e a mudança de hábitos inerentes ao bom resultado e ao sucesso pessoal em prol da saúde. Como retaguarda do Apto para a Vida, Apto para o Trabalho, o Ação & Bem-Estar incentiva a participação das pessoas nas atividades desenvolvidas pelo referido subprograma do Programa de Qualidade de Vida (PQV).

Em relação aos exames ocupacionais, foram realizados 1.945 exames ocupacionais em 2017, cumprindo integralmente o planejamento anual.

MEIO AMBIENTE

De 1979 a 2017, a MRN reabilitou 6.401,7 hectares, onde foram plantadas, nas áreas de recuperação florestal, 13.248.257 mudas de 450 espécies arbóreas nativas.

Em 2017, foram reforestados 257,1 hectares em minas em processo de descomissionamento e áreas de servidão (Aviso, Almeidas e Rodoferrovia) e 214,6 hectares em minas em operação (Bela Cruz e Monte Branco), atingindo o total de 471,7 hectares.

Ao todo, foram utilizadas em 2017, no processo de recuperação ambiental de áreas mineradas, 698.400 mudas de 62 espécies nativas diferentes, produzidas no viveiro florestal da MRN. Já em atividades de recuperação em áreas de erosão e recuperação do Lago Batata, foram utilizadas 24.936 mudas florestais nativas.

Também em 2017, o viveiro florestal da MRN produziu 776.964 mudas nativas de 64 espécies do bioma Amazônia, que serão utilizadas nos processos de recuperação das áreas mineradas, áreas em descomissionamento e áreas de servidão no ano de 2018.

MONITORAMENTOS DO MEIO FÍSICO

A MRN mantém um complexo e extenso sistema de monitoramento ambiental para acompanhar suas atividades. Basicamente, ele pode ser dividido nos seguintes subprogramas: águas superficiais e nascentes; águas subterrâneas; efluentes; qualidade do ar; conforto acústico ambiental; opacidade e limnologia.

Em 2017, a rede integrada dos monitoramentos era formada por 57 pontos de águas superficiais (com periodicidade de amostragem mensal), 71 pontos de nascentes (com periodicidade de amostragem quadrimestral), 15 pontos de fluviometria (com periodicidade mensal), 13 piezômetros (com periodicidade de amostragem mensal), 29 pontos de monitoramento de efluentes industriais e sanitários (com periodicidade mensal), 12 amostradores de grande volume (com periodicidade de amostragem semanal), cinco estações meteorológicas compactas (comunicação via satélite horária), 12 pontos de ruído diurno e noturno (com periodicidade de amostragem mensal), 46 pontos de limnologia associados (com periodicidade de amostragem semestral para o período 2017/2018), sendo que há uma malha específica voltada para projetos de pesquisa no Lago Batata. Além disso, foram realizados mais de 391 testes de opacidade em veículos movidos a diesel.

PROGRAMAS DE MONITORAMENTO (MEIO BIÓTICO)

Além da continuidade dos seus programas já implantados, em 2017, foi criado o Programa Monitoramento e Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção dos platôs sujeitos à supressão vegetal e áreas adjacentes à FLONA Saracá-Taquera. Esse programa realizará um diagnóstico que contemplará a situação populacional referente às espécies que constam nas listas do

IUCN, IBAMA e SEMAS/PA como ameaçadas de extinção ou raras. Isso permitirá a manutenção de populações e comunidades viáveis dentro da área que sofrerá impacto pelo empreendimento, além de fornecer informações relativas às espécies ameaçadas, para definições de ações conservacionistas e subsídios aos planos de ações específicos, indicando propostas de manejo específicas para as espécies ameaçadas de extinção.

PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 2017, foram obtidas as autorizações de supressão vegetal até exaustão da mina Bela Cruz e até dezembro de 2019 para mina Monte Branco. Foi obtida a licença de operação da expansão do aterro sanitário para tratamento e disposição de resíduos urbanos em Porto Trombetas.

Para as minas em operação, foram obtidas as renovações das licenças operacionais das minas dos platôs Aviso e Saracá.

CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICAS

Dando continuidade ao processo de gestão de condicionantes das minas em operação, a MRN revisou os objetivos e metas de cada projeto vinculado ao Programa de Educação Socioambiental (PES), bem como os formatos de apresentação dos projetos baseados nos pilares de Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Geração de Renda, e seus respectivos relatórios.

Em 2017, nove projetos compuseram o PES e foram desenvolvidos nos municípios de Terra Santa e Oriximiná, cujos principais resultados são:

- **Programa Educação Ambiental e Patrimonial:** visa promover o resgate e a valorização cultural da região e das comunidades atendidas pelo programa (Juquirizinho, Curuçá Mirim, Jamari, Boa Vista, Lago Moura e Último Quilombo). Foram realizadas 21 visitas técnicas nas comunidades, duas palestras sobre reciclagem e reutilização de resíduos, quatro palestras sobre a conservação dos rios, duas oficinas de reutilização de garrafas PET, três oficinas de aprimoramento da cerâmica, uma oficina de beneficiamento da argila, uma oficina de embalagem com fibras naturais, uma oficina de artesanato com ouriço da castanha, uma oficina de multiplicadores ambientais, uma reunião com artesãos e comerciantes locais para estabelecer relações comerciais dos produtos produzidos, beneficiando 298 comunitários oriundos de seis comunidades. O investimento no projeto foi de R\$ 89.000.

- **Programa de Apoio à Meliponicultura:** o manejo de abelhas sem ferrão para produção de mel rendeu oito litros por meliponário em 2017. O litro do mel foi vendido a R\$ 70, garantindo renda média anual de R\$ 1.680 por produtor. Atualmente, 340 caixas de abelhas estão ativas nas comunidades Alema, Jauaruna e Urubutinga. A parceria técnica é da Secretaria de Agricultura de Terra Santa. Foram investidos R\$ 80.000.

- **Programa de Combate à Malária:** em 2017, três ocorrências foram registradas em uma das 20 comunidades ribeirinhas atendidas, além de duas aldeias onde também são efetuadas as ações de combate à doença. O trabalho é executado pela empresa SOS com as seguintes atividades: borrifação ou pulverização intradomiciliar, atividades educativas, diagnósticas e tratamento. Foram visitadas 1.917 casas na região e investidos R\$ 116.000 pela MRN. Mais de 4.556 pessoas foram beneficiadas.

- **Quilombo - Medicina Preventiva:** o programa foi desenvolvido no primeiro semestre de 2017, por meio de contrato da MRN com a Fundação Esperança, com envolvimento da Prefeitura de Oriximiná. O objetivo é levar saúde preventiva e curativa a 21 comunidades compostas por remanescentes de

quilombos que habitam as margens do Alto Rio Trombetas. Em 2017, foram atendidos 1.572 comunitários, em um total de 350 atendimentos em medicina geral, 35 em ginecologia (consultas e PCCU), 113 atendimentos em planejamento familiar, 26 em pré-natal, 134 atendimentos no Programa de Crescimento e Desenvolvimento Infantil, 464 atendimentos em enfermagem, 450 exames laboratoriais e 2.544 dispensações de medicamentos. O investimento foi de R\$ 265.381. Além disso, no Hospital de Porto Trombetas foram feitos mais de 7.400 atendimentos a moradores de comunidades localizadas no entorno do empreendimento.

- **Sistemas Agroflorestais:** atua na conservação da floresta com uso racional e sustentável do solo e dos recursos naturais nas comunidades do entorno do empreendimento MRN. Um dos objetivos é a geração de renda por meio do plantio de hortifrúti e essências florestais para 17 famílias do Lago Sapucaá, que cultivam mudas doadas pela MRN. Cinco famílias vendem sua produção anual com renda média anual aproximada de R\$ 8.000. O investimento foi de R\$ 56.792, por meio de contrato com a EMATER de Oriximiná.

- **Manejo de Copaibas:** tem como objetivo o inventário de copaibeiras do platô Monte Branco e a capacitação de 28 moradores de comunidades para o manejo sustentável dessas árvores. Em 2017, foram inventariados 435 hectares na área de estudo, onde foi feita a extração de óleo das árvores adultas, atividade que gera renda para as comunidades Jamari e Curuçá. A parceria técnica foi com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Foram investidos R\$ 410.000.

- **Programa de Apoio à Agricultura Familiar:** visa promover a capacitação técnica dos produtores locais para a cultura da mandioca e produção de farinha sem o uso de queimadas, fortalecendo a agricultura familiar e a cadeia produtiva da mandioca. Atualmente, o programa atende 18 famílias que vendem a produção anual, obtendo renda média aproximada de R\$ 12.000 por família. O investimento da MRN foi de R\$ 32.580, por meio de convênio com a EMATER de Oriximiná.

- **Programa de Apoio à Piscicultura:** visa promover a capacitação técnica dos moradores ribeirinhos da área de atuação da MRN na criação de tambaquis, mantidos em tanques flutuantes adequados para a superfície da água e submetidos a exercício motivado pela oferta do alimento em um ciclo de um ano de crescimento. Atualmente, atende famílias das comunidades Bacabal, Tarumã e Acapuzinho, em Oriximiná, que estão sendo beneficiadas pela introdução de uma nova tecnologia, que vai garantir renda de R\$ 15.000 por família, na próxima despesa, em 2018. O investimento foi de R\$ 80.000, por meio de contrato com a FADESP/UFOPA.

- **Programa Microssistemas e Poços Artesianos:** objetiva a melhoria de infraestruturas das comunidades para a captação e distribuição de água, por meio da construção, reforma e manutenção de microssistemas e poços artesianos. O investimento foi de R\$ 290.900 para construção ou reforma de seis microssistemas nas comunidades Boa Nova, Saracá e Lago Batata.

Além dos projetos que compõem o PES, outras ações importantes tiveram continuidade em 2017:

- **Programa de Educação Formal:** em 2017, 71 alunos residentes em comunidades receberam apoio da MRN para o ensino médio, estudando na escola da Fundação Vale do Trombetas. Esses alunos receberam material didático e transporte diário, de Porto Trombetas até a comunidade Boa Vista. Os 13 alunos iniciantes (6º ano) receberam, além do material escolar, os uniformes. Para outros 71 alunos do 1º ao 4º ano da Escola Municipal do Boa Vista, foi fornecido merenda escolar, além do transporte de professores. Foram investidos R\$ 160.000.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

• **Bolsas de Estudos para o Ensino Superior:** 20 alunos residentes em comunidades e que concluíram o ensino médio na escola da Fundação Vale do Trombetas passaram a receber, após aprovação em universidades públicas, bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 398. Para esses estudantes também foram fornecidas passagens para visitas às famílias no período das férias. Foram investidos R\$ 101.018.

• **Projeto Leme:** com o objetivo de evitar acidentes náuticos, essa iniciativa envolve alunos e professores de Porto Trombetas e de comunidades da região. Eles recebem instruções de profissionais da Marinha do Brasil para atuarem como replicadores da educação para segurança na navegação. Cerca de 3.900 pessoas foram abordadas nas campanhas educativas realizadas em 2017. Foram investidos R\$ 9.000.

• **Obras civis:** mais uma vez, a estrada que liga Porto Trombetas a Terra Santa foi reformada, no trecho da FLONA Saracá-Taquera, com atenção especial à recuperação de pontes e pontos de alagamento. Foram investidos R\$ 350.000.

• **Apoio à cultura:** para 52 comunidades localizadas na área de influência do empreendimento, foi fornecido apoio de R\$ 100.000 para manifestações culturais e religiosas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Em 2017, a MRN revisou e ampliou o descritivo de seu manual de Relações Comunitárias, adequando-o a padrões internacionais quanto ao relacionamento com as comunidades, e aprimorando suas práticas para estrito alinhamento à legislação brasileira, dentro do processo de gestão de condicionantes socioeconômicas.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 1,16 bilhão em 2017, 13,96% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de 8,54% do dólar médio com relação ao real gerou um impacto de R\$ 115,5 milhões (taxa média do dólar sobre as vendas de R\$ 3,19 em 2017, contra R\$ 3,49 em 2016), mas esse impacto negativo foi minimizado em R\$ 26,4 milhões com o aumento no preço médio de venda da bauxita em 2,30% (2017 USD 24,49 e 2016 USD 23,94) em decorrência do menor pênalti desembolsado da qualidade do minério vendido e da valorização da LME (London Metal Exchange) no mercado internacional. Outra variação negativa que colaborou para diminuir a receita líquida foi o volume de vendas em R\$ 99,9 milhões (16,7 milhões de toneladas de bauxita em 2017, contra 18,1 milhões em 2016).

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2017, o CPV foi de R\$ 898,4 milhões, um aumento de 8,00% em relação a 2016. O baixo nível pluviométrico do ano

demandou adequações no sistema de rejeito e na planta de beneficiamento, gerando um aumento de custo pontual de R\$ 35,9 milhões. Outra variação negativa que contribuiu foi o acréscimo de R\$ 16,8 milhões na despesa com depreciação em relação ao ano anterior, devido aos novos investimentos realizados e em função das alterações nas taxas de depreciação pela revisão da vida útil dos bens.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais em 2017 foram de R\$ 29,2 milhões, representando um aumento de 249,40% na comparação com 2016, conforme detalhamento a seguir: a) aumento das despesas com estudos de viabilidade técnica em R\$ 9,5 milhões; b) aumento das despesas com a reestruturação em R\$ 3 milhões; c) redução da receita com recuperação de seguros em R\$ 3,8 milhões; d) aumento das demais contas em R\$ 4,5 milhões.

EBTIDA

O EBITDA do exercício 2017 foi de R\$ 328,1 milhões, 44,07% inferior ao ano anterior. Esta variação ocorreu em decorrência da redução da receita líquida em 13,96%, aumento do CPV em 8,00% e acréscimo das outras receitas/despesas operacionais em 249,4%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro apresentado em 2017 foi um dispêndio de R\$ 71,9 milhões, comparado a uma receita de R\$ 36,8 milhões do ano anterior. O aumento na taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 (PTAX R\$ 3,3080), em comparação com a taxa de câmbio de dezembro de 2016 (PTAX R\$ 3,2591), e o acréscimo de USD 203,4 milhões na dívida (2017 USD 307,0 milhões e 2016 USD 103,6 milhões), geraram um impacto negativo na variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira de R\$ 89,5 milhões (2017 – R\$ 14,6 milhões negativo e 2016 R\$ 74,9 milhões positivo). Além destes eventos, houve redução de R\$14,3 milhões na receita com aplicações financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

A MRN registrou lucro líquido de R\$ 106,3 milhões em 2017, 75,24% menor do que o do ano anterior, que foi de R\$ 429,6 milhões. O resultado foi negativamente influenciado, principalmente, pelas reduções do EBTIDA e pelo resultado financeiro do exercício.

ESTRUTURA DE CAPITAL, LIQUIDEZ E RATING

A MRN fechou 31 de dezembro de 2017 com uma dívida de R\$ 1.018,1 milhões, 162% superior à registrada em 2016. Do total da dívida em 31 de dezembro de 2017, cerca de 99,8% referem-se a financiamentos em moeda estrangeira.

A captação de novos empréstimos e financiamentos foi de US\$ 388,6 milhões, oriundos de antecipações de contratos de câmbio (ACC) US\$ 212,1 milhões e pré-pagamento de exportações (PPE) no valor de US\$ 176,5 milhões para cobrir as necessidades de capital de giro e realização de novos investimentos, conforme detalhado no tópico Investimentos.

Importante ressaltar que a dívida com empréstimos e financiamentos não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants).

O saldo de caixa e aplicações foi de R\$ 28,8 milhões, representando um aumento de 158,24% em relação ao ano anterior.

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Foi recolhido aos cofres públicos, em impostos, taxas e contribuições – incluindo retenções na fonte – o valor de R\$ 198,8 milhões (R\$ 252,8 milhões em 2016), assim distribuídos:

	Unidade	2017	2016
ICMS	R\$ milhões	32,8	9,8
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM	R\$ milhões	33,1	44,4
PIS e COFINS	R\$ milhões	20,8	20,9
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	R\$ milhões	18,4	86,8
Contribuições previdenciárias	R\$ milhões	49,8	48,1
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais – TFRM	R\$ milhões	26,2	27,0
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos – TFRH	R\$ milhões	11,2	11,8
Outros impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	6,4	4,0
Total Impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	198,8	252,8

INVESTIMENTOS

A MRN, no ano de 2017, realizou investimentos de R\$ 360,6 milhões. Deste montante, R\$ 43,3 milhões foram destinados à abertura de novas minas e R\$ 90,5 milhões foram destinados a equipamentos de mineração. Foram investidos também R\$ 121,6 milhões nos reservatórios de rejeitos, R\$ 27,4 milhões em meio ambiente, segurança e saúde e mais R\$ 77,8 milhões em projetos de infraestrutura, atualização tecnológica, modernização e continuidade operacional.

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2017, especialmente aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 15 de março de 2018

Diretoria Executiva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos: Acionistas e administradores da Mineração Rio do Norte S.A.

Oriximiná – PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Rio do Norte S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A.

em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

(CONTINUA)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem a apresentação da DVA, as quais, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Ricardo Akira Matsunaga
CT CRC 1SP-296.382/O-1 "S" – PA
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – PA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2017	31/12/2016	Notas	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.773	11.142	Fornecedores	-	124.478	143.840
Contas a receber	5			Empréstimos e financiamentos	11	463.246	256.365
Partes relacionadas	19.b	170.294	109.010	Salários, provisões e contribuições sociais	-	33.504	52.699
Terceiros	5	6.058	3.643	Impostos a recolher	12	23.841	14.518
Estoques	6	112.829	100.167	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	5.191	-
Tributos a compensar	8	34.767	31.075	Dividendos a pagar	16.d	53.115	67.129
Outros ativos circulantes	-	53.229	35.808	Provisão para desmobilização de ativos	14	20.049	29.739
Total do ativo circulante		405.950	290.845	Outras obrigações	-	2.863	3.348
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		726.287	567.638
Tributos a compensar	8	80.603	27.104	Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	7	258.626	240.624	Empréstimos e financiamentos	11	554.815	131.972
Tributos diferidos	15	85.881	75.418	Tributos diferidos	15	43.834	40.691
Outros ativos não circulantes	-	71.035	72.232	Provisão para contingências	13	332.748	309.494
		496.145	415.378	Provisão para desmobilização de ativos	14	299.801	196.565
Investimentos	-	396	380	Total do passivo não circulante		1.231.198	678.722
Imobilizado	9	1.884.839	1.589.192	Patrimônio líquido	16		
Intangível	10	2.286	2.247	Capital social	a)	490.163	490.163
		1.887.521	1.591.819	Reservas de capital	b)	6.830	6.830
Total do ativo não circulante		2.383.666	2.007.197	Reserva de lucros	16.c1,c2,c3	335.138	554.690
						832.131	1.051.682
Total do ativo		2.789.616	2.298.042	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.789.616	2.298.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CONTINUA)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais, exceto lucro líquido por milhões de ações)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	18	1.163.599	1.352.463
Custo dos produtos vendidos	20	(898.398)	(831.835)
Lucro bruto		<u>265.201</u>	<u>520.628</u>
Receitas/ (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(39.145)	(40.280)
Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas	22	(29.205)	(8.360)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>196.851</u>	<u>471.988</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	21.939	40.285
Despesas financeiras	23	(79.904)	(67.681)
Variação cambial, líquida	23	(13.966)	64.193
		<u>(71.931)</u>	<u>36.797</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>124.920</u>	<u>508.785</u>
Imposto de renda e contribuição social	15		
Correntes	-	(25.901)	(77.618)
Diferidos	-	7.320	(1.602)
		<u>(18.581)</u>	<u>(79.220)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>106.339</u>	<u>429.565</u>
Lucro líquido do exercício diluído por ações (em R\$)	17	<u>177,23</u>	<u>715,94</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	<u>106.339</u>	<u>429.565</u>
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>106.339</u>	<u>429.565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Isenção de imposto de renda	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		490.163	6.830	98.033	94.221	220.372	-	909.618
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	16.c.3	-	-	-	-	-	429.565	429.565
Reserva legal	16.c.3	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	16.c.3	-	-	-	89.660	-	(89.660)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	-	(67.129)	(67.129)
Dividendos aprovados	16.d	-	-	-	-	(220.372)	-	(220.372)
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	272.776	(272.776)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>490.163</u>	<u>6.830</u>	<u>98.033</u>	<u>183.881</u>	<u>272.776</u>	<u>-</u>	<u>1.051.683</u>
Lucro líquido do exercício	16.c.3	-	-	-	-	-	106.339	106.339
Reserva legal	16.c.3	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	16.c.3	-	-	-	24.436	-	(24.436)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	-	(53.115)	(53.115)
Reserva para retenção de lucros	16.c	-	-	-	-	28.788	(28.788)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(272.776)	-	(272.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>490.163</u>	<u>6.830</u>	<u>98.033</u>	<u>208.317</u>	<u>28.788</u>	<u>-</u>	<u>832.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CONTINUA)


**Mineração
Rio do Norte**
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		124.920	508.785			134.596	606.777
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9 e 10	131.232	114.599	Juros pagos	11	(19.539)	(15.150)
Provisão para obsolescência de materiais	6	(347)	(7.600)	Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.272)	(90.386)
Provisão para contingências	13	1.480	2.036	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		94.785	501.241
Valor residual de ativo imobilizado baixado		143	1.322	Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Atualização monetária de depósitos judiciais	7	(18.063)	(23.641)	Aquisição de imobilizado e intangível		(352.295)	(233.682)
Provisão para desmobilização de ativos	14	31.773	20.559	Caixa aplicado nas atividades de investimento		(352.295)	(233.682)
Atualização monetária contingências	13	21.774	27.967	Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Variação cambial e juros provisionados	11	34.218	(57.207)	Captação de empréstimos e financiamentos	11	1.253.922	290.612
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais				Caixa gerado pelas atividades de financiamento			
Contas a receber de clientes		(63.699)	85.796	Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(638.876)	(466.630)
Estoques		(12.314)	(11.449)	Pagamento de dividendos	16.d	(339.905)	(278.433)
Depósito judicial		62	(282)	Caixa gerado pelas atividades de financiamento		275.141	(454.451)
Tributos a compensar		(57.630)	(19.559)	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Outros		(16.224)	(82.396)			17.631	(186.892)
Aumento/ (redução) nos passivos operacionais				Caixa e equivalentes de caixa			
Fornecedores		(19.361)	86.760	Saldo inicial	4	11.142	198.034
Impostos a recolher		9.323	(6.097)	Saldo final	4	28.773	11.142
Salários, provisões e encargos sociais		(19.195)	2.344	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Provisão para desmobilização de ativos (pagamentos)	14	(13.010)	(34.390)			17.631	(186.892)
Outras obrigações e contas a pagar		(486)	(770)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas			Distribuição do valor adicionado		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.318.521	1.509.365	Pessoal	143.996	149.032
Outras receitas	8.098	11.126	Remuneração direta	85.218	81.253
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)			Benefícios	48.799	57.252
Custos dos produtos vendidos	623.349	547.140	FGTS	9.979	10.527
Material e serviços de terceiros	566.632	499.620	Impostos, taxas e contribuições		
	56.717	47.520		241.675	305.826
Valor adicionado bruto			Federais	164.427	228.827
	695.172	962.225	Estaduais	53.703	51.038
Depreciação, amortização e exaustão	131.232	114.599	Municipais	23.545	25.961
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade			Remuneração de capitais de terceiros		
	563.940	847.626	Juros e variações monetárias passivas	97.735	3.475
Valor adicionado recebido em transferência			Remuneração de capitais próprios		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	25.805	40.272		106.339	429.565
	25.805	40.272	Dividendos propostos	53.115	67.129
			Lucros retidos	53.224	362.436
Valor adicionado total a distribuir			Total do valor adicionado distribuído		
	589.745	887.898		589.745	887.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)**
1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

A Mineração Rio do Norte S.A. (MRN ou Sociedade) é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, com sede na cidade de Oriximiná (PA) – Porto Trombetas, cujos acionistas são a Vale S.A., Alcan Alumina Ltda., South32 Minerals S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota no 16). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério de bauxita, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e empresas ligadas, são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério de bauxita têm prazo médio de vencimento de 30 dias.

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Qualquer tonelage não retirada pelo acionista e que a Sociedade não se disponha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o acionista deverá pagar à Sociedade, com relação a essa tonelage não retirada, preço igual à soma do preço base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonelage não retirada, a Sociedade fará ao acionista um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo. Em 31 de dezembro de 2017, as vendas com partes relacionadas representaram, aproximadamente 97,42% (96,88% em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 320.337 (R\$ 276.793 em 31 de dezembro de 2016), que resulta principalmente de investimentos para abertura de novas minas e dos dividendos pagos aos acionistas. A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento à legislação aplicável, bem como as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos gerados pelas diversas atividades realizadas em suas operações, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas e ainda atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas emitidas pelo CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2. CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transação e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

2.3. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são de liquidez diária e controladas pela Sociedade para resgate a partir de 30 dias, visando a redução no pagamento de impostos (IOF).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não realiza provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos próprios sócios e não existe experiência de inadimplência ocorrida no passado.

d) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros

semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse" e: (a) a Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade não transferir, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

e) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.4. Estoques

Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

2.5. Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os itens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados de acordo a vida útil econômica estimada para cada bem.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição ou construção e inclui todos os gastos incorridos durante a sua fase de construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota no 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração, após o início das operações, são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2.7. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo histórico, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.8. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

a) Provisão para obsolescência de materiais

A Sociedade reconhece como provisão para obsolescência de materiais de almoxarifado todos os itens sem movimentação a mais de 24 meses, salvo itens de garantia operacional ou orientação específica da área.

2.9. Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, fornecedores e outras obrigações são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

a) Baixa de passivos financeiros

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota no 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau

de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

b) Provisão para desmobilização de ativos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para provisão para desmobilização de ativos, no período em que elas ocorrerem, conforme a Nota no 14. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores significativos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como: taxa de juros, inflação, vida útil dos ativos e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado anualmente, sendo a taxa de desconto revisada a cada dois anos.

A Sociedade utiliza a taxa de 13,8% para ajustar, a valor presente, a provisão para desmobilização de ativos, sendo utilizada a metodologia do WACC ("Custo Médio Ponderado do Capital"), considerando 19,61% de custo de capital próprio e 8,42% de custo de capital de terceiros.

c) Provisão para participações nos resultados

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício por um comitê formado por representantes dos empregados, sindicato e Empresa.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de desconsiderar itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL.

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte. O incentivo concede a Sociedade o direito à redução de 75% do Imposto de Renda calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração) e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

No exercício de 2016 a Sociedade deu início ao pleito de mais um benefício vinculado à SUDAM, o Reinvestimento. O incentivo possibilita que parte do IRPJ apurado e recolhido no exercício seja aplicado, exclusivamente, na forma de máquinas e equipamentos em seu benefício. Para atender às exigências da legislação que rege o Reinvestimento, a Sociedade vem deposi-

tando no Banco da Amazônia os valores referentes ao incentivo e, no exercício financeiro posterior ao ano dos depósitos, encaminhará à SUDAM um projeto técnico econômico pleiteando a aquisição de máquinas e equipamentos. O valor do imposto recuperado está limitado a 30% do Imposto de Renda apurado sobre o Lucro da Exploração.

O imposto sobre a renda diferido (tributo diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota no 15.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

2.12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo plano de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. O plano de pensão e aposentadoria concedido aos empregados da Sociedade está descrito na Nota no 26.

2.13. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2.14. Transações com partes relacionadas

As transações de venda de minério de bauxita são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas, e tem prazo médio de vencimento de 30 dias.

2.15. Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas. O estatuto social prevê que, no mínimo, 6% do patrimônio líquido seja distribuído como dividendos, portanto registra a provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.16. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Sociedade não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Sociedade e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

2.17. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do valor adicionado".

2.18. Lucro líquido do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade e a média ponderada das ações no respectivo período. A tabela apresentada na Nota no 17 reconcilia o lucro líquido entre ações ordinárias e preferenciais.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

• IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui a IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação no 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1o de janeiro de 2018.

• IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1o de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

• IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1o. de janeiro de 2019.

A Administração da Sociedade está avaliando os impactos de sua adoção.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	18.673	11.142
Títulos e valores mobiliários (i)	10.100	-
Total	28.773	11.142

(i) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Banco Bradesco	10.100	-
Total	10.100	-

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O prazo de faturamento da Sociedade é de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda.

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de partes relacionadas – no Brasil (Nota nº 19)	119.512	55.425
Contas a receber de partes relacionadas – no exterior (Nota nº 19)	50.782	53.585
Contas a receber de clientes – no exterior	6.058	3.643
Total	176.352	112.653

6. ESTOQUES

	31/12/2017	31/12/2016
Bauxita		
Minerada	11.507	1.012
Britada	3.199	3.596
Lavada	3.621	6.040
Úmida	16.649	29.496
Seca	3.812	4.843
	38.788	44.987
Materiais		
Materiais de consumo	77.297	55.976
Material em trânsito (ii)	1.334	4.141
Importações em andamento	-	-
Provisão para obsolescência (i)	(4.590)	(4.937)
	74.041	55.180
Total	112.829	100.167

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(i) Provisão para obsolescência

Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para obsolescência de materiais:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.937	12.537
Adições		39
Reversões e baixas	(347)	(7.639)
Saldo final	4.590	4.937

(ii) Material em trânsito

A variação do material em trânsito refere-se a partes e peças de equipamentos de mineração, correias transportadoras e pneus que estavam em trânsito quando do encerramento do exercício.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Processo de redução de capital	257.873	239.843
Outros	753	781
Total	258.626	240.624

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

	2016	2017			Total
		Adição	Baixas	Juros	
Redução de capital (i)	239.843	-	-	18.030	257.873
Outros	781	42	(104)	34	753
Total	240.624	42	(104)	18.064	258.626

(i) Redução de capital

A Sociedade foi atuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a Citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste auto de infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei nº 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009 a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém (PA), a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo.

Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a provisão em R\$ 74.139.

Em 18 de julho de 2011 o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da

9. IMOBILIZADO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Desmobilização de ativos	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento (i)	Total
Taxa depreciação/ exaustão	3% a 10%	3% a 4%	8% a 15%	2% a 3%	3% a 15%	11% a 13%	10% a 20%	20% a 30%	-	-
Saldo em 31/12/2016										
Custo	370.793	1.068.069	630.888	28.795	157.869	166.012	26.830	346.414	269.448	3.065.118
Depreciação/ exaustão	(170.045)	(519.827)	(451.243)	(28.384)	(14.894)	(55.471)	(21.049)	(215.013)	-	(1.475.926)
Líquido	200.748	548.242	179.645	411	142.975	110.541	5.781	131.401	269.448	1.589.192
Saldo em 31/12/2017										
Custo	423.089	1.081.364	688.994	28.931	232.651	167.625	28.789	373.950	433.442	3.458.835
Depreciação/ exaustão	(195.821)	(553.492)	(476.538)	(28.435)	(26.214)	(61.897)	(22.510)	(209.089)	-	(1.573.996)
Líquido	227.268	527.872	212.456	496	206.437	105.728	6.279	164.861	433.442	1.884.839

MRN no valor de R\$ 277.622 e em conversão em renda para União no valor de R\$ 221.903.

A Sociedade recebeu em 25 de janeiro de 2012 o valor de R\$ 7.453, referente à remuneração da parte incontroversa do processo redução de capital, e R\$ 7.962 foi resgatado pela Receita Federal e baixado contra a provisão, permanecendo em depósito judicial o valor atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 257.873 (R\$ 239.843 em 31 de dezembro de 2016), para o qual a Sociedade mantém provisão para perdas em valor equivalente (Nota nº 13). A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto à correta aplicação dos benefícios da Lei nº 11.941/2009.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	63.412	35.860
PIS	8.974	3.904
COFINS	41.338	17.977
IRPJ	5	438
FUNDAF	1.641	-
Total	115.370	58.179
Circulante	34.767	31.075
Não circulante	80.603	27.104

Os valores a compensar referem-se aos tributos pagos na aquisição dos bens ligados diretamente ao processo produtivo e que poderão ser utilizados para pagamentos de débitos tributários da mesma natureza, dentro do prazo previsto pela legislação. A variação do saldo em 2017 está relacionada principalmente a créditos sobre aquisições do ativo imobilizado.

A expectativa de realização dos tributos a compensar registrado no não circulante em 2017 é:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	12.268
2019	42.113	4.091
2020	30.588	802
2021 em diante	7.902	9.943
Total	80.603	27.104

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

CUSTO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovia	Desmobilização de ativos	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldo em 31/12/2016	370.793	1.068.069	630.888	28.795	157.869	166.012	26.830	346.414	269.448	3.065.118
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	427.077	427.077
Baixas	-	(11)	(191)	-	-	-	(267)	(31.822)	-	(32.291)
Transferências	52.296	13.306	58.297	136	74.782	1.613	2.226	59.358	(263.083)	(1.069)
Saldo em 31/12/2017	423.089	1.081.364	688.994	28.931	232.651	167.625	28.789	373.950	433.442	3.458.835

DEPRECIÇÃO/EXAUSTÃO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovia	Desmobilização de ativos	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldo em 31/12/2016	170.045	519.827	451.243	28.384	14.894	55.471	21.049	215.013	-	1.475.926
Adições	26.037	33.670	25.515	51	11.320	6.426	1.669	25.514	-	130.202
Baixas	(261)	(5)	(220)	-	-	-	(208)	(31.438)	-	(32.132)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	195.821	553.492	476.538	28.435	26.214	61.897	22.510	209.089	-	1.573.996

O saldo de imobilizações em andamento refere-se às obras e equipamentos, relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem.

(i) O ativo imobilizado em andamento está assim representado pelos principais projetos, conforme tabela a seguir:

Projeto	2017	2016		2017	2016
Sistema de Rejeito	145.817	73.512			
Mina Aramã/Teófilo/Cipó	90.793	65.273	Bombeamento Rejeito Espessado	489	3.357
LOMP - Zona Oeste	32.953	25.576	Reforma de britadores	1.479	3.183
Linha de Transmissão	16.653	14.244	Recuperação das Estacas do Shiploader	-	2.802
Correias transportadoras	4.219	12.560	Drenagem de mina	2.256	1.778
Usina de Geração	13.309	11.987	Subst. rolamento giro da RRC-223-01	-	1.583
Subst. do Virador de Vagões	3.494	10.438	PCE Recuperação de concreto	1.448	1.064
Revitalização pátios Ferrovia	-	6.222	Subst. equipamento Raios X	-	1.034
Aterro Sanitário	10.404	4.999	Reforma geral locomotiva	1.026	880
Substituição de Lavadores Rotativos e Componentes	-	3.688	Adequação SAO - dique lavagem Porto	-	778
Substituição da cremalheira do Secador C	-	3.584	Overhaul trator 0201 Bauxitão	-	762
Substituição de sobressalentes p/ equipamentos de mineração	-	4.839	Substituição de polias de 48" dos TCLD'S	642	594
Licenciamento Greig e Aramã	3.407	3.407	Reforma espessador da secagem	-	497
Equipamento de Mineração	45.622	-	Aquisição de janelas termográficas	-	466
Reforma Motor Diesel - Trator Esteira	4.507	-	Subst. relés de proteção sistema elétrico	45	433
Repotenciamento da Captação de Água KM25	9.348	-	Aquisição de módulo lubrificação comboio	327	419
Sistema anti-fadiga	8.505	-	Outros	34.282	9.489
Reforma no Alimentador de Placas Aviso/Monte Branco	2.417	-	Total	433.442	269.448

10. INTANGÍVEL

	% - Taxas de amortização	2017			2016		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20%	27.465	(25.179)	2.286	26.467	(24.220)	2.247
Total do intangível	-	27.465	(25.179)	2.286	26.467	(24.220)	2.247

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Custo de software		Amortização
Saldo em 31/12/2016	26.467	Saldo em 31/12/2016	24.220
Adições	-	Adição	1.030
Baixas	(71)	Baixa	(71)
Transferências	1.069	Transferências	-
Saldo em 31/12/2017	27.465	Saldo em 31/12/2017	25.179

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Moeda estrangeira	1.015.631	337.715
Moeda nacional	2.430	50.622
Total	1.018.061	388.337
Circulante	463.246	256.365
Não circulante	554.815	131.972

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras.

Os referidos financiamentos em moeda estrangeira estão resumidos, conforme segue:

Instituição	31/12/2016	2018	2019	2020	2021	>2021	Total	Encargos
ACC	86.718	323.623	-	-	-	-	323.623	Libor / Margin
Mizuho	247.628	107.889	46.312	61.749	61.749	61.749	339.448	Libor+2,90% e Libor +1,25%
PPE Bradesco	-	29.114	57.890	57.890	57.890	28.945	231.729	Libor+3,40%
Caterpillar Pre-Exporting	-	190	17.234	34.469	34.469	34.469	120.831	Libor/3,48%
Finem ITAU	3.369	-	-	-	-	-	-	UMBNDDES + 0,60%
	337.715	460.816	121.436	154.108	154.108	125.163	1.015.631	

Os valores em moeda nacional são compostos, conforme segue:

Instituição	31/12/2016	2018	2019	2020	2021	>2021	Total	Encargos
Finame	10.601	-	-	-	-	-	-	-
Finem	34.335	-	-	-	-	-	-	-
Itaú Leasing	5.686	2.430	-	-	-	-	2.430	CDI + 2,87% e CDI + 2,86%
	50.622	2.430	-	-	-	-	2.430	

FINAME

Contratado junto ao BNDES, com o agente financeiro do Banco Itaú BBA e Banco Santander, com o objetivo de apoiar as aquisições de máquinas e equipamentos ligados ao processo produtivo. O contrato foi totalmente liquidado em 2017.

FINEM

Contratado junto ao BNDES, com o agente financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco e projeto Peneiramento. O contrato foi totalmente liquidado em 2017.

Garantias

Os financiamentos da FINAME e FINEM estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos preveem que, na ocorrência de alterações nas leis do País da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de 10 dias da ocorrência das alterações na legislação local. O contrato foi totalmente liquidado em 2017.

Mizuho

Em 29 de agosto de 2014, a Sociedade contratou o empréstimo junto ao Mizuho, no valor de US\$ 130 milhões e, em 31 de outubro de 2017, foi contratado junto ao mesmo banco a quantia de US\$ 70 milhões, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. Os contratos não possuem cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros ("covenants").

Bradesco

Em 28 de junho de 2017, a Sociedade contratou o empréstimo junto ao BRADESCO, no valor de US\$ 70 milhões, para suportar a necessidade de capital de giro de curto e médio prazo. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros ("covenants").

Caterpillar

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Em 21 de dezembro de 2017, a Sociedade contratou o empréstimo junto ao Caterpillar Financial Services Coporation, no valor de US\$ 36.5 milhões, para financiar a aquisição de equipamentos. O contrato não possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros ("covenants").

Itaú Leasing

Os contratos de arrendamentos de leasing, com agente financeiro do Banco Itaú BBA, estão compostos da seguinte forma:

Número dos contratos	31/12/2017	31/12/2016	Vencimentos	Encargos e atualizações
5221088	45	1.425	01/01/18	2,86% a.a. + CDI
5222614	211	427	25/11/18	2,87% a.a. + CDI
5222560	2.174	3.834	02/12/18	2,87% a.a. + CDI
Total	2.430	5.686		

Os pagamentos mínimos futuros do arrendamento mercantil financeiro, o valor presente destes pagamentos, bem como o saldo residual do ativo, imobilizado e intangível, adquiridos por meio de arrendamento estão apresentados conforme tabela abaixo:

Descrição	Financiamentos em 31/12/2017		Ativo imobilizado	
	Pagamentos mínimos futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	Valor residual em 2017	Valor residual em 2016
Veículos	2.955	2.430	7.190	9.748
Total	2.955	2.430	7.190	9.748

A depreciação dos ativos arrendados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.524 (R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2016) e os encargos financeiros registrados no resultado do exercício é de R\$ 499 (R\$ 1.195 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

Empréstimos e financiamentos	2017						Total
	2016	Captações	Pagamento principal	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	
Moeda estrangeira							
ACC	86.718	671.865	(454.478)	8.450	(4.905)	15.973	323.624
Mizuho	247.628	229.341	(137.122)	5.918	(6.052)	(265)	339.448
PPF Bradesco	-	231.875	-	5.682	(5.716)	(112)	231.729
Caterpillar Pré-Exporting	-	120.859	-	190	-	(219)	120.830
Finem ITAU	3.369	-	(3.301)	9	(19)	(58)	-
Moeda nacional							
Finame	10.601	-	(10.572)	441	(470)	-	-
Finem	34.335	(18)	(30.577)	1.388	(1.491)	(3.637)	-
Itaú leasing	5.686	-	(2.825)	456	(886)	-	2.430
Total	388.337	1.253.922	(638.875)	22.534	(19.539)	11.682	1.018.061

12. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
CFEM – compensação financeira a recolher	8.508	5.221
ICMS Normal e Diferencial de Alíquota a recolher	1.562	2.016
TFRM – taxa de fiscalização de recursos minerais a recolher	2.272	2.481
TFRH – taxa de fiscalização de recursos hídricos	1.406	1.392
PIS/COFINS a Recolher	5.970	-
Outros impostos a recolher	4.123	3.408
Total	23.841	14.518

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Redução de capital	257.873	239.843
CFEM	64.463	59.063
Indenizações trabalhistas	1.494	1.376
Honorários advocatícios	2.934	2.866
Outras provisões para contingências	5.984	6.346
Total	332.748	309.494

Resumo	2017						Total
	2016	Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações	Subtotal	
Cíveis	2.866	-	-	-	69	69	2.935
Fiscal	305.252	1.998	(518)	-	21.588	23.068	328.320
Trabalhistas	1.376	-	-	-	117	117	1.493
Total	309.494	1.998	(518)	-	21.774	23.254	332.748

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso

normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa da aplicação dos benefícios fiscais da Lei nº 11.941/2009 sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota nº 7.

Existem também a título de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) valores que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a Sociedade deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

Trabalhistas

Existem atualmente cinco (05) processos trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como prováveis, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$1.493.

Contingências possíveis

As contingências, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, classificadas como perda possível e portanto, não registradas nas demonstrações contábeis, estão apresentadas como segue:

	2017	2016
Civil	14.192	13.262
Trabalhista	3.645	918
Tributária (i)	14.062	13.969
Total	31.899	28.149

(i) Tributária

Autuação da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA) referente a utilização de créditos de ICMS descontados sobre as notas fiscais de entrada de mercadorias destinadas ao processo produtivo e classificadas como insumos, sendo no entendimento da SEFA destinado para uso e consumo.

14. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

As obrigações da Sociedade com provisão para desmobilização de ativos estão relacionadas com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita, bem como de remover as instalações para as quais não se prevê uso, quando do término das operações. O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado anualmente, sendo a taxa de desconto revisada a cada 2 anos. No exercício de 2017 o plano foi revisado, e como resultado dos trabalhos de revisão das premissas (quantitativos, preços, inclusão das novas áreas e etc.), a Sociedade adicionou ao imobilizado o valor presente de R\$ 74.782, aumentando o saldo da provisão para desmobilização de ativos. O aumento do saldo da provisão está relacionado principalmente na revisão da vida útil alterando de 2043 para 2037 e revisão da taxa de desconto.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O montante da provisão está classificado no passivo circulante e não circulante com base na estimativa de realização dos desembolsos para liquidação desta obrigação.

Durante o exercício de 2017 a Sociedade efetuou gastos com movimentação de terra vegetal e reflorestamento de 22,3 ha e 257 ha, respectivamente, todas alinhadas com as estimativas de desembolsos previstas na provisão.

A provisão para desmobilização de ativos apresentou a seguinte evolução:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	226.304	223.090
Movimentações		
Revisão do plano	74.782	17.045
Atualização monetária	31.773	20.559
Pagamentos	(13.009)	(34.390)
Saldo final	319.850	226.304
Circulante	20.049	29.739
Não circulante	299.801	196.565

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade vem usufruindo de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. No exercício de 2014 o benefício foi renovado pelo período de 10 anos (2014 a 2023), na modalidade da "Modernização total", com direito a redução de 75% do Imposto de Renda.

Adicionalmente, os valores a recolher de IRPJ tiveram o impacto positivo do benefício SUDAM do Reinvestimento que, em 2016, possibilitou uma redução de 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o imposto de renda e a contribuição social apurados foram:

	2017			2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (%)	124.920	124.970	-	508.785	508.785	-
	25	9	-	25	9	-
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	(31.230)	(11.243)	-	(127.196)	(45.791)	-
Itens de reconciliação dos impostos						
Isenção de imposto de renda	24.436	-	-	89.661	-	-
Doações/ PAT	2.018	-	-	7.568	-	-
Reversão do imposto de renda diferido	-	-	-	(1.164)	-	-
Outras adições/ exclusões permanentes	(1.716)	(846)	-	(1.642)	(656)	-
Despesa registrada na demonstração do resultado	(6.492)	(12.089)	(18.581)	(32.773)	(46.447)	(79.220)
Corrente	(12.036)	(13.865)	(25.901)	(31.328)	(46.290)	(77.618)
Diferido	5.544	1.776	7.320	(1.445)	(157)	(1.602)

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos ativos, registrados nas demonstrações contábeis são provenientes de diferenças temporárias a serem recolhidas quando finalizadas as ações em curso e aos valores referentes às provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos diferidos ativos		
Provisões cíveis	448	437
Provisões trabalhista	228	210
Provisões tributárias	51.214	47.305
Provisões operacionais	33.991	27.466
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	85.881	75.418
Impostos diferidos passivos		
Atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas	28	25
Atualização monetária dos depósitos judiciais tributários	43.806	40.666
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	43.834	40.691

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

Impostos Diferidos Ativos	2016	2017	
		Movimento	Total
Provisões cíveis	437	11	448
Provisões Trabalhistas	210	18	228
Provisões Tributárias	47.305	3.909	51.214
Provisões Operacionais	27.466	6.525	33.991
Total	75.418	10.463	85.881

Impostos Diferidos Passivos	2016	2017	
		Movimento	Total
Atualizações Monetárias Depósitos Judiciais	25	3	28
Atualizações Monetárias Depósitos Tributários	40.666	3.140	43.806
Total	40.691	3.143	43.834

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital autorizado da Sociedade era de R\$ 503.963 (R\$ 503.963 em 2016). O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 490.163 (R\$ 490.163 em 2016), está representado por 200.000.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2017			
	Ações ordinárias (*)	%	Ações preferenciais (*)	%
Vale S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Alcan Alumina Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500
South32 Minerals S.A.	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	200.000	100,0000	400.000	100,0000

(*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelo valor de R\$ 6.830, referente a incentivos fiscais FINAM.

c) Reserva de lucro

c.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vem constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2017 não houve destinação de valores para composição da reserva legal devido o capital social não ter sofrido alteração no ano corrente e o saldo desta reserva já ter atingido o limite de 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2017	2016
Saldo no início do exercício	98.033	98.033
Movimentação	-	-
Saldo no final do exercício	98.033	98.033

c.2) Reserva de incentivos fiscais

A Sociedade destinou para conta de "Reserva de incentivo fiscal" o valor de R\$ 24.436 (R\$ 89.660 em 31 de dezembro de 2016) apurados sobre lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real.

c.3) Destinação do lucro

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado líquido do exercício	106.339	429.565
Constituição da reserva legal	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(24.436)	(89.660)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(28.788)	(272.776)
Dividendos mínimos obrigatórios	(53.115)	(67.129)

d) Dividendos

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 6% calculado sobre o patrimônio líquido ajustado, nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/1976. A diretoria executiva, após a constituição das reservas obrigatórias, está destinando para rubrica no passivo de dividendos a pagar o montante de R\$ 53.115 (R\$ 67.129 em 2016).

No exercício de 2017, a Sociedade efetuou o pagamento de R\$ 339.905 de dividendos referente ao resultado de 2016, sendo R\$ 67.129 de dividendos estatutários e R\$ 272.776 de dividendos remanescentes.

17. LUCRO POR AÇÃO

	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	35.446	70.893	106.339	143.188	286.377	429.565
Denominador básico						
Quantidade ações ordinárias e preferenciais	200	400		200	400	
Lucro líquido do exercício diluído por ações (em R\$)	177,23	177,23		715,94	715,94	

18. RECEITA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	1.276.669	1.451.548
Receita bruta - partes relacionadas (Nota nº 19)	1.276.669	1.451.548
Receita bruta - terceiros	33.754	46.691
	1.310.423	1.498.239
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre a venda	(146.824)	(145.776)
Receita operacional líquida	1.163.599	1.352.463

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Vendas de minério**

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta		
Alcan Alumina Ltda.	69.421	78.710
Rio Tinto Alcan Inc.	183.387	216.624
Alcoa Alumínio S.A.	-	1.272
Alcoa World Alumina Ltda.	48.894	7.841
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	155.911	218.115
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	326.855	342.578
South32 Minerals S.A.	259.407	260.632
South32 Marketing PTE Ltd.	-	5.446
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	-
Hydro Aluminium International S.A.	232.794	320.330

Total da receita bruta com partes relacionadas **1.276.669** **1.451.548**

Mercado interno **704.577** **691.032**

Mercado externo **572.092** **760.516**

Conforme mencionado na Nota nº 1, em 31 de dezembro de 2017, as vendas com partes relacionadas representaram 97,42% do total das vendas.

b) Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Alcan Alumina Ltda.	5.558	7.105
Rio Tinto Alcan Inc.	27.172	19.239
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	6.157	14.305
Alcoa World Alumínio Brasil	23.434	-
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	66.115	34.378
South32 Minerals S.A.	24.405	13.943
South32 Marketing PTE Ltd.	-	-
Hydro Aluminium International S.A.	17.453	20.040
Total de contas a receber de partes relacionadas	170.294	109.010
Mercado interno (Nota nº 5)	119.512	55.425
Mercado externo (Nota nº 5)	50.782	53.585

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

c) Remuneração da Administração

A Sociedade pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 4.273 (R\$ 2.618 em 31 de dezembro de 2016). Esses diretores não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

20. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (POR NATUREZA)

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços	(262.109)	(178.735)
Pessoal	(135.026)	(157.675)
Combustível	(191.839)	(196.377)
Materiais	(114.636)	(106.704)
Depreciações e amortizações	(124.483)	(111.528)
Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários – TFRM	(26.028)	(26.814)
Taxa de Fiscalização dos Recursos Hídricos – TFRH	(11.181)	(11.438)
Outros	(33.096)	(42.564)
Total	(898.398)	(831.835)

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas administrativas com pessoal	(17.956)	(18.342)
Despesas administrativas com serviços	(18.695)	(18.655)
Despesas administrativas com materiais	(318)	(411)
Depreciações e amortizações	(1.821)	(1.969)
Outros	(355)	(903)
Total	(39.145)	(40.280)

22. OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de seguros	12	3.789
Reversão de provisões constituídas	401	8.971
Constituição de provisões	(2.572)	(3.075)
Despesa com tributos	(4.062)	(3.460)
Resultado líquido de ativo imobilizado baixado	2.036	762
Doações	(1.223)	(4.119)
Despesas LOMP (i)	(4.616)	(4.668)
Despesas P&D	(12.414)	(2.867)
Despesa de Reestruturação	(3.026)	-
Outras despesas	(3.741)	(3.693)
Total	(29.205)	(8.360)

(i) Despesas com Life of Mine Plan (LOMP)

Extensão da vida útil da mina – referem-se aos gastos relacionados com estudos preliminares para definição do modal mais eficiente para transportar o minério localizado nos platôs da Zona Oeste, com distância média de 40 km da atual planta de beneficiamento.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.223	16.163
Depósitos judiciais	18.064	23.641
Outros	1.652	481
Total	21.939	40.285
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(23.654)	(16.342)
Atualização monetária desmobilização de ativos (i)	(31.773)	(20.559)
Atualização monetária contingências	(22.052)	(27.967)
Outros	(2.425)	(2.813)
Total	(79.904)	(67.681)
Variações cambiais		
Ativas	2.434	81.388
Passivas	(16.400)	(17.195)
Total	(13.966)	64.193

(i) Valores referentes à atualização monetária da provisão para desmobilização de ativos (detalhes na Nota nº 14).

24. GESTÃO DE RISCOS**a) Gestão de risco financeiro****Fatores de risco financeiro**

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata

instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a.1) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado e pela Libor, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

iii) Análise de sensibilidade

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade com mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- **Cenário-base:** manutenção dos níveis de risco principal do instrumento financeiro observado em 31 de dezembro de 2017;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

Premissas

A Sociedade entende que está exposta principalmente, aos riscos de variação da LIBOR, LME (London Metal Exchange) e da variação do câmbio (dólar norte-americano), os quais impactam sobre parte substancial dos empréstimos, financiamentos e faturamento.

Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da LIBOR	1,35%	1,68%	2,02%
Queda LME	2.126	1.594	1.063
Valorização do real diante do dólar norte-americano	3,3000	2,4750	1,6500

Demonstrativo de análise de sensibilidade

- **Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da LIBOR:** impacto anual dos juros sobre empréstimos sujeitos à variação da LIBOR;
- **Exposição líquida ao LME:** impacto anual da variação da expectativa de receita da Administração com os respectivos cenários;
- **Exposição líquida ao dólar:** impacto anual da variação da expectativa da Administração com os respectivos cenários.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O quadro abaixo está demonstrado os efeitos, líquido dos impostos:

Operação	Risco	Cenários		
		Base	Adverso	Remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da LIBOR	Alta da LIBOR	264	(1.166)	(2.596)
Exposição líquida ao LME	Queda LME	(3.357)	(82.359)	(161.198)
Exposição líquida ao dólar	Queda do dólar	(532)	(55.424)	(110.316)

a.2) Risco de crédito

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

a.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	2018	2019	2020	2021	>2021
Empréstimos e financiamentos	460.816	121.436	154.108	154.108	125.163
Total	460.816	121.436	154.108	154.108	125.163

b) Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2017:

	R\$
Ativos financeiros	28.773
(-) Passivos financeiros	(1.018.061)
(=) Posição financeira líquida	(989.288)

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2017 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

c) Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro de 2017:

	R\$
Ativos expostos à variação cambial	176.352
(-) Passivos expostos à variação cambial	(1.015.631)
(=) Exposição cambial líquida	839.279

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

25. COBERTURA DE SEGUROS

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
Riscos nomeados		
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	30/11/2018	VR: 4.069.631 LMI: 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	30/11/2018	20.000
Transporte nacional (perdas e danos)	30/11/2018	LMG: 10.000
Transporte internacional (perdas e danos)	30/11/2018	LMR: US\$ 10.000
Vida em grupo (morte por acidentes – 48 X o salário)	01/08/2018	Até 1.831 mais APC até 250
Vida em grupo (morte natural – 24 X o salário)	01/08/2018	Até 1.831
Responsabilidade civil diretores e administradores – D&O	20/06/2018	LMG: 50.000
Cascos marítimos (balsas)	28/03/2018	IS 3.500
Operações aeroportuárias	09/12/2018	US\$ 50.000
Frota de veículos leves	09/05/2018	100% FIPE
Responsabilidade civil obras	25/05/2018	LMG: 15.000
Risco de engenharia (Acréscimo de 12 meses de manutenção)	25/05/2018 e 25/05/2019	LMI: 141.537
Garantia judicial (CFEM)	21/05/2018	IS: 4.253
	18/12/2023	IS: 204.798
	08/10/2022	IS: 11.533
	15/01/2023	IS: 16.569
	15/01/2023	IS: 43
Responsabilidade do explorador ou transportador Aéreo-RETA	29/11/2018	IS: 233

VR: Valor do risco;

LMG: Limite máximo de garantia;

IS: importância segurada;

LMI: Limite máximo de indenização;

LMR: Limite máximo de responsabilidade;

APC: Acidentes pessoais coletivos

26. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios (FGB), destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;

- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;

- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2017, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 1.216 (R\$ 1.082 em 31 de dezembro de 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)**27. OPERAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA (DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA)**

Durante o exercício de 2017, a Sociedade realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Provisão de dividendos mínimos obrigatórios (Nota nº 16.d) no valor de R\$ 53.115 (R\$ 67.129 em 2016);
- Revisão do plano de desmobilização de ativos (Nota nº 14) no valor de R\$ 74.782 (R\$ 17.045 em 2016).

28. APROVAÇÃO DE EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 08 de fevereiro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Patrícia Silva Rodrigues Scheel - Presidente
Ronaldo Del Buono Ramos - Conselheiro
Christian Medeiros da Fonseca Costa - Conselheiro
Ricardo Rodrigues de Carvalho - Conselheiro
Otávio Augusto Rezende Carvalheira - Conselheiro
Raphael Vieira da Costa Neto - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Guido Roberto Campos Germani - Diretor Presidente
Paulo Molero Ariza - Diretor de Administração e Finanças

Elisio Gomes da Conceição Filho - Contador
CRC SP 1SP196427/O-2
CPF 061.011.568-50